

RELATÓRIO MENSAL DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE QUANTO A PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES - AGOSTO/2016

1. Introdução

O Controle Interno da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete no exercício de suas atribuições, notadamente, o disposto no item 5.5.5.5 do Manual de Controle Interno, anexo integrante da Instrução Normativa n.º 001, de 19 de outubro de 2009, passa a emitir relatório de controle interno referente ao mês de **agosto de 2016**, com vistas ao efetivo gerenciamento e fiscalização interna dos processos administrativos licitatórios e de justificação de dispensa de licitação praticados durante o referido mês.

Ressalta-se que o presente relatório se norteará pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências” e suas alterações posteriores e na já mencionada Instrução Normativa n.º 001, de 19 de outubro de 2009, e bem como na Instrução Normativa n.º 004 de 11 de novembro de 2012, que estabelecem, dentre outras atribuições, os exames de procedimentos e rotinas da Comissão Permanente de Licitação e a emissão de relatórios mensais por parte desta Comissão quanto aos processos licitatórios.

Cabe ressaltar que desde o ano de 2013, contamos com a implantação da modalidade Pregão (Lei 10.520 de 17 de junho de 2002), no âmbito da Câmara Municipal, o que possibilitou a realização de registro de preços utilizando essa modalidade de licitação.

Por sua vez, a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, criou normas gerais para licitações e contratos na Administração Pública, estabelecendo os princípios que devem nortear as contratações pela Administração. Ademais, a legislação em tela prevê os tipos e modalidades de licitações que podem ser utilizadas para contratação de serviços ou para aquisição de bens.

Salienta-se que cabe à Comissão de Controle Interno verificar se os atos jurídicos praticados se subsumem aos dispositivos legais, bem como se o procedimento seguido está em conformidade com as normas supracitadas adequando-se perfeitamente a elas.

Por fim, o presente relatório, em conformidade com os preceitos constitucionais, visa comprovar a legalidade e avaliar os resultados, principalmente no que tange a impessoalidade na contratação de serviços ou aquisição de bens, posto que são fornecedores pessoas físicas ou jurídicas.

2. Relatório

2.1. Dos processos administrativos de dispensa de licitação.

C **ONTROLE INTERNO**

Os processos administrativos de justificação são aqueles que visam justificar a ausência de processo licitatório, por ser dispensável por expressa disposição legal. O art. 24 do Estatuto das Licitações prevê expressamente em rol taxativo os casos de dispensa.

Reverendo os arquivos da Câmara Municipal, extrai-se que foram arquivados **02 processos de dispensa ou exigibilidade**, sendo os processos nº 064 e 066, todos do ano de 2016.

2.1.1 – Processo Administrativo nº 064/2016

Cuida o processo da contratação de empresa para fornecimento de 01 Hub Switch 8 portas e 02 HD Externo 1 TB, para atender às necessidades de armazenamento das imagens do sistema interno de vigilância da Câmara Municipal.

Conforme análise do processo por meio de check-list, não foram encontradas irregularidades que possam macular o processo de dispensa de licitação.

2.1.2 – Processo Administrativo nº 066/2016

Cuida o processo da contratação de empresa para renovação de licença para uso do antivírus ESET ENDPOINT, pelo período de 12 meses, para a manutenção da segurança da rede de dados interna da Câmara Municipal.

Conforme análise no processo proferida por meio de check-list, consta apenas que a partir da pg. 28, as folhas não foram devidamente numeradas, sendo necessária a efetivação dessa medida. No mais, não foram encontradas que possam macular o presente processo de dispensa.

2.2 -Do processo administrativo licitatório

Os processos administrativos licitatórios são aqueles que visam aquisição de bens ou a prestação de serviços cujo valor previsto para o exercício exceda o limite dispensável, ressalvados os casos previstos nos arts. 24 e 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que prevêem casos de dispensa e inexigibilidade, respectivamente.

Reverendo os arquivos da Câmara Municipal, verificou-se que foram arquivados **01 processos administrativos licitatórios**, sendo o de nº 53 do ano de 2016.

2.2.1 – Processo Administrativo nº 058/2016

Cuida o processo de contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática para atendimento das necessidades da Secretaria e Gabinetes da Câmara Municipal.

Conforme análise realizada por meio de check-list não foram encontradas irregularidades que possam macular o processo administrativo em análise.

2.2.2 – Processo Administrativo nº 059/2016

C**ONTROLE INTERNO**

Cuida o processo de contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo diversos (produtos de limpeza e higiene, bem como alimentícios) para atendimento das necessidades da Secretaria e Gabinetes da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

Conforme verificação realizada por meio de *check-list*, não foram encontradas irregularidades no processo sob análise.

3. Conclusão

Após detido exame dos documentos que compõe os processos administrativos enumerados acima, não foram encontradas irregularidades que possam macular os processos administrativos de dispensa/inexigibilidade, ou licitatórios.

Portanto, estas foram as ocorrências detectadas nos processos deste mês de **agosto /2016**, sendo que esta Comissão redigirá novas instruções e notificações no sentido de serem atendidas a exigências da LLCA.

É o que tínhamos a Relatar.

Conselheiro Lafaiete, 15 de dezembro de 2016.

Membros da Comissão Permanente de Controle Interno:

Anderson Leonardo Tavares

Édia Luciene Magalhães de Carvalho Neto

Anderson Henriques Ferreira